

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Deliberativa – 14/06 – 10h - Plenário da Câmara dos Deputados

Está prevista Sessão Deliberativa semipresencial para a apreciação de vetos.

VET 46/2021 – Veto parcial aposto ao PL 2.108/2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), em relação à Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Resultado: Sessão deliberativa cancelada, com previsão para ocorrer em 05/07/2022.

SENADO FEDERAL

Plenário – 13/06, às 14h

Por causa do feriado de 16/06/2022, nesta semana ocorrerá apenas uma sessão deliberativa no Plenário do Senado, para a apreciação das seguintes matérias:

- **PEC 15/2022**, que altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis;
- **PLP 18/2022**, que altera o Código Tributário Nacional e a Lei Kandir, para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo;
- **PDL 333/2020**, que susta a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, a fim de impedir a contagem de despesas de pessoal de entidades da sociedade civil parceiras da administração pública nos limites impostos aos governos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado Federal aprovou nesta segunda-feira, dia 13/06, o PLP

18/2022, que altera o Código Tributário Nacional e a Lei Kandir, para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo. A matéria retorna à Câmara dos Deputados em virtude das alterações no texto promovidas pelos senadores.

Na sessão do dia 14/06, terça-feira, foi aprovada a PEC 15/2022, que altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis. Aprovada em dois turnos pelo plenário do Senado Federal, a matéria será enviada à Câmara dos Deputados para votação em plenário.

O PDL 333/2020, que susta a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, a fim de impedir a contagem de despesas de pessoal de entidades da sociedade civil parceiras da administração pública nos limites impostos aos governos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, será analisado na próxima semana.

<p>Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle – 14/06, às 14h30 - Plenário 06</p>
--

PL 3835/2021, que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas. O relator, Senador Eduardo Braga (MDB/AM), apresentou parecer favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Resultado: Não deliberado. Reunião cancelada.

<p>CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>

<p>Plenário – 13/06, às 17h, 14/06, às 14h e 15/06, às 9h</p>
--

No plenário da Câmara dos Deputados são aguardadas a leitura das seguintes medidas provisórias, que depois de lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- **MP 1.103/2022**, que dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro por meio de Sociedade Seguradora de Propósito Específico, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis, e a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários;
- **MP 1.104/2022**, que institui a Cédula de Produto Rural, e a Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, para dispor sobre o Fundo Garantidor Solidário.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- **PL 4.401/2021**, que retorna do Senador Federal por um Substitutivo, que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

Resultado: O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa de quarta-feira, dia 15/06, a MP 1.103/2022, que dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro por meio de Sociedade Seguradora de Propósito Específico, as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis, e a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários. A matéria vai ao Senado Federal, pela sua aprovação com emendas.

Também na sessão deliberativa de quarta-feira, dia 15/06, foi aprovado o PLP 18/2022 advindo do Senado Federal, que altera o Código Tributário Nacional e a Lei Kandir, para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo. A matéria vai à sanção presidencial.

As demais matérias destacadas não foram deliberadas nesta semana.

**Comissão de Constituição e Justiça – 13/06, às 13h; 14/06 e 15/06, às 9h -
Plenário 01**

PEC 329/2013, que altera a forma de composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.

A relatora, Deputada Adriana Ventura (Novo/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade, com emendas saneadoras.

Resultado: Matéria não deliberada.

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Matéria não deliberada.

PL 4.483/2020, que altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

O relator, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Matéria não deliberada.

PL 4.534/2021, que acrescenta o Capítulo I - B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tratar do crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de atividade sexual.

A relatora, Deputada Maria do Rosário (PT/RS), apresentou parecer pela aprovação.

Resultado: Matéria não deliberada.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 14/06 –
9h - Plenário 10**

PL 732/2022, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para aperfeiçoar a legislação penal para fortalecer o combate à criminalidade violenta.

O relator, Deputado Junio Amaral (PL/MG), apresentou parecer pela aprovação com emenda.

Resultado: Aprovado o parecer do Relator, Dep. Junio Amaral, com emendas. A proposta será encaminhada à CCJC.

**Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – 14/06, às 9h30 -
Plenário 12**

PL 5.317/2009, que autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

O relator, Deputado Tiago Mitraud (Novo/MG), apresentou parecer pela sua aprovação com substitutivo.

Resultado: Matéria não deliberada.

PLP 409/2014, que institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão e dá outras providências.

O relator, Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Matéria não deliberada.

PL 2.789/2021, que cria nova hipótese de improbidade administrativa.

A relatora, Deputada Fernanda Melchionna (Pso/RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

Resultado: Matéria não deliberada.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - 14/06 – 10h – Plenário 09

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir o desvio de dinheiro público do Programa Farmácia Popular.

Convidados:

- Representante do Ministério da Saúde; (Confirmado)
- Representante do Departamento Nacional de Auditoria do SUS/DENASUS; (Confirmado)
- MARCELO CHAVES ARAGÃO (Confirmado) Secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União/TCU;
- **LETÍCIA CARAPETO BENRDT (Confirmada) Procuradora da República;**
- SERGIO MENA BARRETO (Confirmado) Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias / ABRAFARMA; - Representante do Grupo Profarma Drogaria Rosário);
- Representante do Grupo DPSP (Drogaria São Paulo e Drogaria Pacheco)
- RAFAEL OLIVEIRA ESPINHEL (Confirmado) Presidente executivo. da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico /ABCFARMA;
- Representante do Conselho Federal de Farmácia /CFF;
- Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores do SUS;
- Antônio Carlos Pipponzi, da DROGASIL;
- Franklin Medeiros, Delegado da Polícia Federal;
- Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácias/ FEBRAFAR.

Resultado: Reunião realizada.

GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 14/06 – 10h – Plenário 05

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "e" do Roteiro de Trabalho.

Livro II - Do Processo e Dos Procedimentos Título I - Do Processo, Capítulo I (Da Formação do Processo) - art. 321 a 482.

(Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

Resultado: Reunião realizada.